



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXIX PALMAS, QUINTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 2020.

Nº 3022



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Antonio Andrade (PTB)

1º Vice-Presidente: Dep. Eduardo do Dertins (Cidadania)

2º Vice-Presidente: Dep. Nilton Franco (MDB)

1º Secretário: Dep. Jorge Frederico (MDB)

2º Secretário: Dep. Cleiton Cardoso (PTC)

3º Secretário: Dep. Vanda Monteiro (PSL)

4º Secretário: Dep. Amália Santana (PT)

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Reuniões às terças-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Claudia Lelis	Dep. Amália Santana
Dep. Jair Farias - Vice-Pres.	Dep. Elenil da Penha
Dep. Ricardo Ayres - Pres.	Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Valdevez Castelo Branco	Dep. Olyntho Neto
Dep. Vanda Monteiro	Dep. Leo Barbosa

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Reuniões às quartas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Amélio Cayres	Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Ivory de Lira	Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Issam Saado - Vice-Pres.	Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Olyntho Neto	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Nilton Franco - Pres.	Dep. Jair Farias

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Jair Farias	Dep. Elenil da Penha
Dep. Zé Roberto Lula - Vice-Pres.	Dep. Issam Saado
Dep. Nilton Franco	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Fabion Gomes - Pres.	Dep. Ricardo Ayres
Dep. Vilmar de Oliveira	Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, TRABALHO, DEFESA DO CONSUMIDOR, TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E SERVIÇO PÚBLICO

Reuniões às quartas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Elenil da Penha - Pres.	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Prof. Júnior Geo - Vice-Pres.	Dep. Ricardo Ayres
Dep. Olyntho Neto	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Vilmar de Oliveira	Dep. Amélio Cayres
Dep. Zé Roberto Lula	Dep. Issam Saado

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Reuniões às terças-feiras, às 11 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Issam Saado	Dep. Amália Santana
Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres.	Dep. Vanda Monteiro
Dep. Prof. Júnior Geo - Pres.	Dep. Fabion Gomes
Dep. Valdevez Castelo Branco	Dep. Luana Ribeiro
Dep. Valdemar Júnior	Dep. Eduardo S. Campos

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Reuniões às quintas-feiras, às 9 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
--------------------------	--------------------------

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões às quintas-feiras, às 8 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Eduardo do Dertins	Dep. Ivory de Lira
Dep. Elenil da Penha	Dep. Nilton Franco
Dep. Issam Saado	Dep. Zé Roberto Lula
Dep. Léo Barbosa - Vice-Pres.	Dep. Vanda Monteiro
Dep. Valdevez Castelo Branco - Pres.	Dep. Olyntho Neto

COMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Luana Ribeiro - Pres.	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Cláudia Lelis	Dep. Amália Santana
Dep. Eduardo Siqueira Campos	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Prof. Júnior Geo	Dep. Fabion Gomes
Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres.	Dep. Leo Barbosa

COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Reuniões às quintas-feiras, às 17 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Luana Ribeiro	Dep. Olyntho Neto
Dep. Léo Barbosa - Pres	Dep. Vilmar de Oliveira
Dep. Ricardo Ayres - Vice-Pres.	Dep. Ivory de Lira
Dep. Valdemar Júnior	Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Zé Roberto Lula	Dep. Claudia Lelis

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Amália Santana - Pres.	Dep. Claudia Lelis
Dep. Ivory de Lira	Dep. Eduardo do Dertins
Dep. Luana Ribeiro	Dep. Valdevez Castelo Branco
Dep. Nilton Franco	Dep. Eduardo Siqueira Campos
Dep. Vanda Monteiro - Vice-Pres.	Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO DE MINAS, ENERGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Reuniões às terças-feiras, às 10 horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
Dep. Claudia Lelis - Pres.	Dep. Issam Saado
Dep. Eduardo do Dertins - Vice-Pres.	Dep. Prof. Júnior Geo
Dep. Jair Farias	Dep. Valdemar Júnior
Dep. Ricardo Ayres	Dep. Fabion Gomes
Dep. Vilmar de Oliveira	Dep. Amélio Cayres

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Reuniões às às horas.

MEMBROS EFETIVOS:	MEMBROS SUPLENTE:
--------------------------	--------------------------

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 43/2020

Palmas, 3 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **Antonio Poincaré Andrade Filho**
Presidente da **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**
NESTA

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, pelas razões a seguir expostas, e consoante os termos do art. 29, inciso II, da Constituição do Estado, decidi **vetar integralmente** o Autógrafo de Lei nº 26, de 10 de junho de 2020, o qual busca a alteração da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins.

Trata-se de Proposição que se dedica a modificar o inciso XI do art. 55 da Lei nº 1.287, de 28 de dezembro de 2001 (Código Tributário Estadual), na parte que versa sobre a isenção do pagamento do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, especificamente, quanto às doações de terreno, tendo como propósito inscrever na redação já existente aquelas promovidas também pelo Poder Público Municipal a pessoas jurídicas de direito privado, cujas atividades sejam voltadas ao desenvolvimento regional.

Em primeiro ponto, caso viesse a se cumprir tal desígnio, a Proposição tornaria forçosa ao Estado, no exercício de sua competência legislativa, a renúncia à correspondente receita, sem contrapartida direta.

Verificado o processo legislativo atinente à matéria¹, tem-se que não se registrou ato dedicado ao cumprimento do disposto nos arts. 12 e 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar Federal nº 101), no sentido de instrumentalizar a pretensa concessão de benefício fiscal, a qual, ocasionando renúncia de receita, não se fez acompanhar de **estudo de impacto orçamentário-financeiro** relativamente a este **exercício e aos dois seguintes, silente quanto a qualquer demonstração de metodologia de cálculo** e registro de previsão na lei orçamentária, assim como também não referenciou medidas de compensação.

Resultante disso, caso convertida em lei, a Proposição **ensajaria improbidade administrativa por prejuízo ao Erário**, consoante estabelece o inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, já que fora firmada apenas na renúncia de receita, ausentes as demais condições para se revestir de legalidade, em translúcida desobediência ao disposto na LRF.

A esse respeito, a preleção de Marino Pazzagliani Filho, na obra *“Lei de Improbidade Administrativa Comentada”*², assim dispõe:

“O inciso VII estabelece que a concessão ilegal de benefício administrativo ou fiscal configura ato de improbidade administrativa praticado pelo agente público concedente.

¹ Proposição 352/2019: disponível em <<http://legis.al.to.leg.br/legis/consultaExterna/localizarProcessos.jsp>>

² PAZZAGLINI FILHO, Marino. *Lei de improbidade administrativa comentada: aspectos constitucionais, administrativos, civis, criminais, processuais e de responsabilidade fiscal*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

A concessão de benefícios fiscais e administrativos, por serem fatos excepcionais que reduzem a receita pública ou a utilização de bens públicos, deve ter suporte legal e finalidade pública. (...)

Pratica esse ato de improbidade o agente público responsável pela concessão de benefício administrativo ou fiscal que, consciente da sua antijuridicidade, o concede (dolo), ou, conhecendo ou devendo saber as formalidades legais, por desídia, o outorga (culpa), sem cumpri-las.”

Portanto, em razão do descumprimento dos requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inexistindo estudo que estime a receita renunciada e as medidas de sua recuperação, além da ausência de interesse público estatal em isentar doações promovidas pelos poderes públicos municipais, sob o risco de cometimento de ato de improbidade administrativa por parte do gestor, **a matéria deve ser obstada**.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levam a **vetar integralmente o Autógrafo de Lei nº 26/2020**, as quais submeto à elevada apreciação desse Egrégio Sodalício.

Atenciosamente,

MAURO CARLESSE
Governador do Estado

Atas das Comissões

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE 9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA Ata da Vigésima Quarta Reunião Extraordinária 12 de maio de 2020

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Finanças, Controle e Fiscalização, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Ivory de Lira, Nilton Franco e Olyntho Neto. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres e Issam Saado. O Senhor Presidente, Deputado Nilton Franco, declarou aberta a Reunião e, secretariado pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Nilton Franco avocou a relatoria dos Projetos de Lei 61/2020, de autoria do Deputado Vilmar do Detran, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde e 30 dias após o término da vigência do Decreto 6071, de 18/03/2020, DOE 5566”; e 70/2020, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “assegura aos locatários de imóveis comerciais no âmbito do Estado do Tocantins, o abatimento proporcional de valores de locação em razão da determinação de fechamento e interrupção das atividades comerciais para atendimento das medidas de combate à Covid-19 e dá outras providências”; das Medidas Provisórias, de autoria do Governador do Estado 10/2020, que “altera a Lei 1.197, de 13 de dezembro de 2000, que estrutura o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – Fundes e adota outras providências”; e 11/2020, que “institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins - Fdesto

e adota outras providências”; e do Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Lagoa da Confusão. O Deputado Olyntho Neto foi nomeado relator dos Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Filadélfia, Rio dos Bois e Tabocão; do Processo 328/2019, de autoria do Deputado Gleydson Nato, que “dispõe sobre a fixação, em cartazes de Cartório de Registro de Imóveis, de informação sobre as isenções e os descontos nos pagamentos de emolumentos de registros de imóveis e dá outras providências”; e dos Projetos de Lei 60/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “determina a proibição de venda de produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus”; e 104/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “cria em caráter de excepcionalidade o abono salarial aos servidores e funcionários públicos do quadro da saúde e de outros quadros por serviços essenciais prestados no combate à pandemia do Covid-19”. O Deputado Vilmar do Detran foi nomeado relator dos Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Araguatins, Bom Jesus do Tocantins e Rio Sono; e dos Projetos de Lei 10/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a criação e concessão da honraria denominada “Diploma de Mérito Gastronômico Dona Camila”; e 54/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde comunicarem aos conveniados sobre o descredenciamento de hospitais e médicos no âmbito do Estado do Tocantins”. O Deputado Ivory de Lira foi nomeado relator dos Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Colinas do Tocantins, Miranorte e Sucupira; e dos Projetos de Lei 9/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “assegura ao cônjuge do consumidor de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo”; 25/2020, de autoria do Deputado Issam Saado, que “institui a “Semana Quebrando o Silêncio” no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; e 90/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “estabelece horário especial e exclusivo para o atendimento dos consumidores maiores de 60 (sessenta) anos nos locais em que especifica, enquanto durar os efeitos do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19”. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Olyntho Neto devolveu o Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Gurupi. O Deputado Ivory de Lira devolveu os Processos 188/2019, de autoria do Deputado Elenil da Penha, que “autoriza a inclusão da rodovia municipal que especifica o Plantio Rodoviário Estadual”; e 325/2019, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a proibição do uso de placas informativas, impressão em bilhetes ou cupons, em estacionamento e/ou similares com os seguintes dizeres ou outra expressão com o mesmo objetivo: “Não nos responsabilizamos por danos materiais e/ou objetos deixados no interior do veículo”; e os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Itaguatins e Recursolândia, sendo que ambos os Processos foram relatados pelo Deputado Issam Saado. Na Ordem do Dia, após discussão e deliberação das matérias, os Processos 188/2019 e 325/2019 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos. Os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Itaguatins, Gurupi e Recursolândia foram aprovados e encaminhados ao Plenário. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da Vigésima Quinta Reunião Extraordinária

12 de maio de 2020

Às dezesseis horas e vinte e três minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Ivory de Lira, Nilton Franco, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto e da Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres e Issam Saado. O Senhor Presidente, Deputado Nilton Franco, declarou aberta a Reunião e, secretariado pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Nilton Franco devolveu os Projetos de Lei 61/2020, de autoria do Deputado Vilmar do Detran, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde e 30 dias após o término da vigência do Decreto 6071, de 18/03/2020, DOE 5566”; e 70/2020, de autoria do Deputado Ricardo Ayres, que “assegura aos locatários de imóveis comerciais no âmbito do Estado do Tocantins, o abatimento proporcional de valores de locação em razão da determinação de fechamento e interrupção das atividades comerciais para atendimento das medidas de combate à Covid-19 e dá outras providências”; as Medidas Provisórias, de autoria do Governador do Estado: 10/2020, que “altera a Lei 1.197, de 13 de dezembro de 2000, que estrutura o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – Fundes e adota outras providências”; e 11/2020, que “institui o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins - Fdesto e adota outras providências”; e o Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Lagoa da Confusão. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Filadélfia, Rio dos Bois e Tabocão. O Deputado Vilmar de Oliveira devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Araguatins, Bom Jesus do Tocantins e Rio Sono. O Deputado Ivory de Lira devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Colinas do Tocantins, Miranorte e Sucupira. O Deputado Zé Roberto Lula devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Babaçulândia e Buriti do Tocantins. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia e, após discussão e deliberação das matérias, os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Araguatins, Babaçulândia, Bom Jesus do Tocantins, Buriti do Tocantins, Colinas do Tocantins, Filadélfia, Rio dos Bois, Rio do Sono, Lagoa da Confusão, Miranorte, Sucupira e Tabocão foram aprovados e encaminhados ao Plenário. O Projeto de Lei 70/2020, as Medidas Provisórias 10/2020 e 11/2020 foram aprovadas e encaminhadas à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. Após conceder vistas em conjunto, pelo prazo regimental, do Projeto de Lei número 61/2020 aos Deputados Olyntho Neto e Zé Roberto Lula, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE****9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA****Ata da Vigésima Sexta Reunião Extraordinária
12 de maio de 2020**

Às dezoito horas e quatro minutos do dia doze de maio de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Issam Saado, Ivory de Lira, Gleydson Nato, Nilton Franco, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira e Zé Roberto Lula. Estava ausente o Senhor Deputado Amélio Cayres. O Senhor Presidente, Deputado Nilton Franco, declarou aberta a Reunião e, secretariado pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, com a aquiescência dos Membros presentes, foram transferidas para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias e o Deputado Olyntho Neto devolveu o Projeto de Lei 61/2020, de autoria do Deputado Vilmar do Detran, que “dispõe sobre a redução proporcional das mensalidades da rede privada de ensino durante o Plano de Contingência do novo Coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde e 30 dias após o término da vigência do Decreto 6071, de 18/03/2020, DOE 5566”, que estava com vistas, sem parecer de vistas. Na Ordem do Dia, após discussão e deliberação da matéria, o Projeto de Lei 61/2020 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE****9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA****Ata da Vigésima Sétima Reunião Extraordinária
26 de maio de 2020**

Às dezessete horas e nove minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Ivory de Lira, Olyntho Neto, Prof. Júnior Geo, Vilmar de Oliveira e Zé Roberto Lula. Estavam ausentes os Senhores Deputados Issam Saado e Nilton Franco. O Senhor Deputado Amélio Cayres assumiu a presidência dos trabalhos, declarou aberta a Reunião e, secretariado pelo Senhor Deputado Olyntho Neto, solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que foram lidas e aprovadas pelos Membros presentes. Não havendo Expedientes, passou-se à Distribuição de Matérias. O Deputado Amélio Cayres avocou a relatoria do Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Paraíso do Tocantins e, também, avocou a renomeação do Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Lagoa do Tocantins. O Deputado Ivory de Lira foi nomeado relator dos Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Porto Nacional e Pugmil; dos Projetos de Lei 56/2020, de autoria do Deputado Nilton Franco, que “institui a Oficina Cultural de Meio Ambiente e Sustentabilidade no Estado do Tocantins, como instrumento para educação ambiental e estímulo à cultura e ao turismo no Estado e dá outras providências”; 59/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro que

“dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação e disponibilização de dispensadores de álcool em gel por parte de estabelecimentos que especifica em todo território do Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 80/2020, de autoria do Deputado Valdemar Júnior, que “proíbe as concessionárias prestadoras de serviços de fornecimento de água e energia elétrica de suspenderem o serviço por um período de 90 dias devido ao Covid-19 e adota outras providências”. O Deputado Olyntho Neto foi nomeado relator dos Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Cachoeirinha e Guaraí; e do Projeto de Lei 2/2020, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco de Brasília S.A. e adota outras providências”. O Deputado Zé Roberto Lula foi nomeado relator do Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Couto Magalhães e, ainda, foi renomeado relator do Processo de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Abreulândia. Em seguida, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Ivory de Lira devolveu os Projetos de Lei 9/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “assegura ao cônjuge do consumidor de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo”; 25/2020, de autoria do Deputado Issam Saado, que “institui a “Semana Quebrando o Silêncio” no Estado do Tocantins e dá outras providências”; e 90/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “estabelece horário especial e exclusivo para o atendimento dos consumidores maiores de 60 (sessenta) anos nos locais em que especifica, enquanto durar os efeitos do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19”. O Deputado Vilmar de Oliveira devolveu o Projetos de Lei 10/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a criação e concessão da honraria denominada “Diploma de Mérito Gastronômico Dona Camila”; e 54/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde comunicarem aos conveniados sobre o credenciamento de hospitais e médicos no âmbito do Estado do Tocantins”. O Deputado Zé Roberto Lula devolveu os Processos 8/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito à informação sobre a possibilidade de reconstrução da mama aos pacientes que sofrerem mutilação decorrente de tratamento de câncer”; 13/2020, de autoria do Deputado Prof. Júnior Geo, que “estabelece que os revendedores varejistas de combustíveis deverão exibir a relação, em percentual, entre os preços da gasolina comum e etanol do estabelecimento”; e 28/2020, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “institui a campanha de conscientização sobre brincadeiras de potencial lesão ofensiva física no sistema de ensino público e privado no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”. O Deputado Amélio Cayres devolveu o Processo 475/2019, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a criação da Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para os Programas e as Operações Especiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e dá outras providências”, apensado à Medida Provisória 4/2020, de autoria do Governador do Estado, que “dispõe sobre a indenização por escala extraordinária de serviço prestado por policiais e bombeiros militares e adota outras providências”. Não havendo Ordem do Dia a ser deliberada, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE****9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA****Ata da Vigésima Oitava Reunião Extraordinária****26 de maio de 2020**

Às dezessete horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte, reuniu-se a Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, nesta Capital, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Ivory de Lira, Olyntho Neto, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Estavam ausentes os Senhores Deputados Issam Saado e Nilton Franco. O Senhor Deputado Amélio Cayres assumiu a presidência dos trabalhos, declarou aberta a Reunião e, secretariado pelo Senhor Deputado Olyntho Neto, solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com a aquiescência dos Membros presentes, foi transferida para a Reunião subsequente. Não havendo Expedientes e Distribuição de Matérias, passou-se à Devolução de Matérias. O Deputado Amélio Cayres devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública do município de Lagoa do Tocantins e Paraíso do Tocantins. O Deputado Ivory de Lira devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Porto Nacional e Pugmil. O Deputado Olyntho Neto devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Cachoeirinha e Guaraí; e o Projeto de Lei 2/2020, de autoria do Governador do Estado, que “autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco de Brasília S.A. e adota outras providências”. O Deputado Zé Roberto Lula devolveu os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Abreulândia e Couto Magalhães. Em seguida, passou-se à Ordem do Dia, onde foram incluídas as matérias devolvidas na Reunião anterior: o Processo 475/2019, de autoria do Deputado Olyntho Neto, que “dispõe sobre a criação da Gratificação de Complementação de Jornada Operacional para os Programas e as Operações Especiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins e dá outras providências”; os Projetos de Lei 8/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito à informação sobre a possibilidade de reconstrução da mama aos pacientes que sofrerem mutilação decorrente de tratamento de câncer”; 9/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “assegura ao cônjuge do consumidor de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo”; 10/2020, de autoria da Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a criação e concessão da honraria denominada “Diploma de Mérito Gastronômico Dona Camila”; 13/2020, de autoria do Deputado Prof. Júnior Geo, que “estabelece que os revendedores varejistas de combustíveis deverão exibir a relação, em percentual, entre os preços da gasolina comum e etanol do estabelecimento”; 25/2020, de autoria do Deputado Issam Saado, que “institui a “Semana Quebrando o Silêncio” no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 28/2020, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “institui a campanha de conscientização sobre brincadeiras de potencial lesão ofensiva física no sistema de ensino público e privado no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 54/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde comunicarem aos conveniados sobre o descredenciamento de hospitais e médicos no âmbito do Estado do Tocantins”; e 90/2020, de autoria da Deputada Vanda Monteiro, que “estabelece horário especial e exclusivo para o atendimento dos consumidores maiores de 60 (sessenta) anos nos locais em que especifica, enquanto durar os efeitos do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19”. Após discussão e deliberação das matérias constantes da Ordem do Dia, os Processos de Reconhecimento de Calamidade Pública dos municípios de Abreulândia, Cachoeirinha, Couto Magalhães, Guaraí, Lagoa do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Pugmil foram apro-

vados e encaminhados ao Plenário. O Processo 475/2020 e os Projetos de Lei 2/2020, 9/2020, 13/2020, 54/2020 e 90/2020 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público. O Projeto de Lei 8/2020 foi aprovado e encaminhado à Comissão de Saúde e Assistência Social. Os Projetos de Lei 10/2020, 25/2020 e 28/2020 foram aprovados e encaminhados à Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Reunião e convocou Reunião Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que será assinada e publicada.

Expedientes

OFÍCIO Nº 591 – P

Palmas, 15 de julho de 2020.

Ao Senhor

GLEYDSON NATO PEREIRA

Suplente de Deputado Estadual

Assunto: **Convocação**

Prezado Senhor,

Em virtude do afastamento do Senhor Deputado **Cleiton Cardoso**, nos termos do art. 24, I, da Constituição Estadual, e art. 231, IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e, em razão do que determina o art. 236, II, do mesmo diploma legal, convoco Vossa Senhoria para assumir, em caráter de substituição, a vaga de Deputado Estadual, a partir desta data.

Atenciosamente,

Deputado **ANTONIO ANDRADE**

Presidente

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 643/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Doralice Batista Viana do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, do Gabinete da Deputada **Valdevez Castelo Branco**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**

Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 644/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Rodrigo Alves Gomes Silva do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, do Gabinete do Deputado **Zé Roberto Lula**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 645/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Marcos Domingues Pires para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Olyntho Neto**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 646/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Nadia do Bonfim Ferreira da Costa para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Zé Roberto Lula**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 10 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 647/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Itacir Antonio Roieski para o cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político, no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 648/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **Hellen Cristina Medeiros Lima** – AP-14;
- **Emmanuella Avila Leite Palma** – AP-12.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 649/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jozielma de Almeida Ramos para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete da Deputada **Amália Santana**, retroativamente ao dia 2 de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 650/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Paula Eduarda da Silva Santos para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete da Deputada **Valderez Castelo Branco**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 651/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **João Fellipe Mariano Sousa Aragão** – AP-14;
- **Maria das Neves Mota Faria** – AP-14.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 652/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Vilmar de Oliveira**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **José Machado de Sousa Junior** – AP-14;
- **Huglineide Pereira Moura** – AP-14;
- **Iandra Caroline Diniz Amui Aguiar** – AP-14.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 653/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Anniely Freitas Barros para o cargo em comissão de **Diretor Orçamentário e Financeiro** da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 655/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Guilherme Chaves Paganotto para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-13, no Gabinete do Deputado **Professor Junior Geo**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 656/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete da Deputada **Luana Ribeiro**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **Ivonete Marques de Souza** – AP-10;
- **Maria Deusimar Rodrigues Figueiredo** – AP-11;
- **Sérgio Moreira Matos** – AP-14.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 657/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete da Deputada **Luana Ribeiro**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **Simão Pedro Ferreira Bringel** – AP-14;
- **Luciane dos Santos Souza** – AP-10;
- **Maria do Socorro Pimentel** – AP-11.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 658/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR dos respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores do Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **Ariane Neves Aguiar** – AP-14;
- **Priscila Amorim Andrade** – AP-10.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 659/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR Pamela do Espírito Santo de Oliveira Otaviano Villela do cargo em comissão de Auxiliar Legislativo de Gabinete de Secretário, do Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 660/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Priscila Amorim Andrade para o cargo em comissão de Auxiliar Legislativo de Gabinete de Secretário, no Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 661/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para os respectivos cargos em comissão, os seguintes servidores no Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **Laércio Pereira de Sousa** – AP-14;
- **Mariza Ribeiro da Silva** – AP-14;
- **Murilo Gomes da Silva** – AP-14;
- **Pamela do Espírito Santo de Oliveira O. Villela** – AP-14;
- **Walquiria Rodrigues Gloria** – AP-14.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 662/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Lucas Pinheiro Lima para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Gleydson Nato**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 663/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR **Jorge Pereira Sabino** do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, do Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, retroativamente ao dia 15 de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 664/2020

O **Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997, e em consonância com o art. 3º da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **Angélica Bezerra Lourenço** para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – AP-14, no Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, retroativamente ao dia 15 de julho de 2020.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 16 dias do mês de julho de 2020.

Deputado **ANTONIO ANDRADE**
Presidente

PORTARIA Nº 179/2020 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019 e em consonância com o art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 7, de 26 de novembro de 2019, publicado no *Diário da Assembleia nº 2942*,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os níveis de remuneração dos Assessores Parlamentares abaixo relacionados, do Gabinete da Deputada **Claudia Lelis**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:

- **Sonia Maria Santos Andrade** - de AP-13 para AP-14;
- **Roberto Barbosa da Silva** - de AP-09 para AP-14.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de julho de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 180/2020 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de

maio de 2019 e em consonância com o art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 7, de 26 de novembro de 2019, publicado no *Diário da Assembleia nº 2942*,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR o nível de remuneração do Assessor Parlamentar abaixo relacionado, do Gabinete do Deputado **Eduardo do Dertins**, retroativamente ao dia 1º de julho de 2020:
- **Adriana de Fatima Pereira de Melo** - de AP-10 para AP-11.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 9 dias do mês de julho de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 181/2020 – DG

O **Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando a manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 6226/2020, constante do Processo nº 102/2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde ao servidor **Valdivan Castanheira da Cunha**, matrícula nº 66, pelo prazo de 20 (vinte) dias consecutivos, no período de 11/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 13 dias do mês de julho de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 182/2020 – DG

O **Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no art. 101, IX, da Resolução nº 343, de 8 de maio de 2019, e com fulcro no art. 89 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e

Considerando que o servidor **Valdivan Castanheira da Cunha**, matrícula nº 66, Coordenador Financeiro, encontra-se afastado para tratamento de saúde, conforme manifestação da Junta Médica Oficial do Estado através do Despacho nº 6226/2020, constante do Processo nº 102/2020,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Lucimar Bernardes Prestes**, matrícula nº 10349, para responder pela referida função no período de 11/06/2020 a 30/06/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de julho de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR
Diretor-Geral

ERRATA – 16/07/2020

Dispõe sobre correções nos textos dos decretos abaixo relacionados:

No Decreto Administrativo nº 623/2020, publicado no *Diário da Assembleia nº 3018*, de 8 de julho de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º (...)

- Janes Cleiton Pereira da Silva – AP-14.

Leia-se:

Art. 1º (...)

- Janes Cleyton Pereira da Silva – AP-14.

No Decreto Administrativo nº 639/2020, publicado no *Diário da Assembleia nº 3020*, de 13 de julho de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º (...)

- Aluizio Noleto Junior - Assessor Parlamentar das Comissões Permanentes.

Leia-se:

Art. 1º (...)

- Aluizio Noleto Junior – Assessor Parlamentar de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político.

No Decreto Administrativo nº 640/2020, publicado no *Diário da Assembleia nº 3020*, de 13 de julho de 2020,

Onde se lê:

Art. 1º (...)

- Narriman Neia Oliveira Cunha Lo Turco - Assessor Parlamentar das Comissões Permanentes.

Leia-se:

Art. 1º (...)

- Narriman Neia Oliveira Cunha Lo Turco – Assessor Parlamentar de Gabinete de Líder de Bloco Parlamentar e/ou Partido Político.

Palmas, 14 de julho de 2020.

MANOEL DIAMANTINO DE SOUZA JUNIOR

Diretor-Geral

DEPUTADOS DA 9ª LEGISLATURA

Amália Santana (PT)

Amélio Cayres (SD)

Antonio Andrade (PTB)

Claudia Lelis (PV)

Cleiton Cardoso (PTC-Licenciado)

Eduardo do Dertins (Cidadania)

Eduardo Siqueira Campos (DEM)

Elenil da Penha (MDB)

Fabion Gomes (PR)

Gleydson Nato (PTB-Suplente)

Issam Saado (PV)

Ivory de Lira (PPL)

Jair Farias (MDB)

Jorge Frederico (MDB)

Leo Barbosa (SD)

Luana Ribeiro (PSDB)

Nilton Franco (MDB)

Olyntho Neto (PSDB)

Professor Júnior Geo (PROS)

Ricardo Ayres (PSB)

Valdemar Júnior (MDB)

Valderez Castelo Branco (PP)

Vanda Monteiro (PSL)

Vilmar de Oliveira (SD)

Zé Roberto Lula (PT)